

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ALEGRETE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NATHANAELE AGUILAR PRATES

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DE
IDENTIDADE**

ALEGRETE

2021

NATHANAELE AGUILAR PRATES

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DE
IDENTIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial de obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia na
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora Prof. Dra. Edilma Machado de
Lima.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof.^a Dra. Edilma Machado de Lima
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Dra. Fani Averbuh Tesseler
Rede Municipal de Ensino de Alegrete

Prof.^a Dra. Martha Giudice Narvaz
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

P912e	<p>Prates, Nathanaele Aguilar</p> <p>Educação para as relações étnico-raciais e a formação de identidade/ Nathanaele Aguilar Prates. – Alegrete, 2021.</p> <p>25 f.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Alegrete, 2021.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dra. Edilma Machado de Lima</p> <p>1. Autodeclaração Racial. 2. Educação. 3. Identidade. 4. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo). I. Lima, Edilma Machado de. II. Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Alegrete, 2021. III. Título.</p>
-------	--

Catálogo elaborado pelo Bibliotecário Uergs - Marcelo Bresolin CRB10/2136

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE ¹

Nathanaele Aguilár Prates²
Edilma Machado de Lima³

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral estudar a autocompreensão da identidade racial, mais especificamente a identidade parda e a contribuição da educação. Metodologicamente a abordagem foi qualitativa com objetivo exploratório. Como instrumento adotamos o questionário aberto. Os resultados apontaram haver pouca informação acerca da temática de compreensão racial, principalmente no que se refere aos “ditos” pardos, que se percebe terem mais dúvidas quanto a sua identidade. Entendemos que ainda há necessidade de um trabalho mais efetivo sobre as questões étnico raciais por parte do Estado e, principalmente das instituições educacionais, visto que afeta diretamente uma grande parcela de estudantes. Talvez com um trabalho efetivo de esclarecimento e educação, possamos, todos ter uma formação mais humana e o entendimento que as questões raciais vão para além da necessidade de apenas autodeclarar-se em ações de políticas afirmativas, mas reconhecer-se etnicamente na sociedade em que vive.

Palavras-chaves: educação; relações étnico-raciais; autodeclaração racial; identidade

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo general estudiar la autocomprensión de la identidad racial, más específicamente la identidad morena y el aporte de la educación. Metodológicamente, el abordaje fue cualitativo con un objetivo exploratorio y como instrumento se adoptó el cuestionario abierto. Los resultados mostraron, a partir de los estudios realizados y de la aplicación del cuestionario, que existe poca información sobre el tema del entendimiento racial, especialmente en lo que respecta a los denominados pardos, quienes se perciben como más dudosos sobre su identidad. Entendemos que aún existe la necesidad de un trabajo más efectivo en temas étnicos y raciales por parte del Estado y, especialmente, de las instituciones educativas, ya que afecta directamente a un gran número de estudiantes. Quizás con una labor de esclarecimiento y educación eficaz, todos podamos tener una formación más humana y el entendimiento de que las cuestiones raciales van más allá de la necesidad de declararse en acciones de política afirmativa, sino reconocerse étnicamente en la sociedad en la que viven.

Palabras Clave: educación; relaciones étnico-raciales; auto declaración racial; identidad

¹O presente artigo se encontra no formato das normas estabelecidas pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) (2019).

²Graduanda pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: nathanaele-prates@uergs.edu.br)

³Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da UERGS. E-mail: edilma-limat@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando estudamos as questões étnico raciais e a autocompreensão da identidade de indivíduos que se autodeclaram pardos, considerando as atuais controvérsias que surgem sobre a importância social como: o termo pardo é correto, onde as pessoas com tom nem tão claro ou nem tão escuro de pele podem se encaixar, percebemos que isso pode gerar dificuldades na compreensão do processo de identidade racial. Isso “porque a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade" (HALL, 2006, p. 11).

No dicionário Caldas Aulete (2011), a palavra pardo significa “de cor escura entre o branco e o preto” ou “branco sujo”, dentre outras conotações. Apesar de estarem ultrapassadas e expressarem um tom racista —pois não acompanharam a evolução dos movimentos contemporâneos e, conseqüentemente dos termos —, são estas as definições culturalmente atribuídas a certo grupo de pessoas com o tom de pele claro, não sendo consideradas brancas e nem negras. Mesmo que com características físicas específicas e principalmente com cabelo crespo. Entretanto, a definição de pardo não se restringe apenas a essas características que as citadas aqui, tampouco grupos étnicos raciais de negros e brancos também não se restringem apenas a essa classificação.

Gomes (2003) salienta que o corpo, e como cada pessoa se vê, comunica a forma de cada um/a estar no mundo, pois faz a mediação no espaço tempo. O corpo é a primeira referência para a declaração em determinado grupo étnico (negro, pardo ou indígena), considerando que para isso mais pontos devem ser considerados, pois além do registro em lei da utilização dos critérios de classificação e identificação de cor, utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devem ser respeitados os critérios de autodeclaração. Entretanto, o preconceito pesa sobre o negro e o termo pardo é uma espécie de fuga, algo que ilusoriamente alivia este peso. Ribeiro (1997) comenta essa questão quando coloca a dificuldade de pertencimento do negro mais clarinho ou do branco escurinho a um grupo e conseqüentemente de ser alguém.

Considerando, portanto, esses aspectos elencados acima justifica-se a escolha do tema desse trabalho, também pelas dificuldades encontradas em me⁴ incluir em um determinado grupo e por perceber que muitas pessoas também partilham deste problema, o que impacta diretamente o lugar de cada um(a) na sociedade, na escola e na vida, bem como no intuito de mostrar a visão popular sobre o que realmente se sabe sobre este assunto tão complexo.

Isso foi a mola propulsora para buscar saber em nossa questão de pesquisa “como se constrói a autocompreensão da identidade étnico racial de indivíduos considerando a existência de padrões já estipulados?”. Como objetivo geral, estudar a autocompreensão da identidade racial de indivíduos, dando ênfase aos que se autodeclaram pardas e como objetivos específicos: analisar as implicações sociais que declarar-se como pardo ou negro carregam e compreender as particularidades na noção de pertencimento racial de pessoas pardas.

Metodologicamente a pesquisa foi de cunho qualitativo quanto a sua abordagem, pois “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p. 22) o que dialoga com esse trabalho, pois não temos como quantificar as relações étnico raciais e a formação da identidade. No que diz respeito ao seu objetivo foi exploratório que segundo Gil (1999, p. 43) “proporciona uma visão geral de um fato, do tipo aproximativa”. O questionário elaborado por meio da ferramenta Google Forms foi o instrumento utilizado para realizar a coleta dos dados e para essa ação, inicialmente fizemos um primeiro contato com os colaboradores da pesquisa que aceitaram participar de forma voluntária mediante a assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

⁴Tempo verbal adotado apenas nessa parte do trabalho.

Em termos de organização do trabalho, iniciamos apresentando a revisão da literatura pelos capítulos: **A construção da identidade racial no Brasil; racismos e legislação; a identidade racial no âmbito escolar**. Após apresentamos os caminhos metodológicos, a análise e discussão dos dados e por fim as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NO BRASIL

Todos nós temos algo em comum, uma vez que nos encontramos na condição de seres humanos. Segundo Harari (2020, s/p, grifo nosso) “podemos assumir que cada leitor [desse trabalho] é um *homo sapiens – sapiens* (“sabia”) do gênero *homo* (“homem”)”. O autor ainda assinala que a despeito de suas muitas diferenças, todas as espécies humanas compartilham diversas características. Apesar de sermos da mesma espécie, em nossa existência, ontologicamente estamos condicionados pela pluralidade de nossas diferenças. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDETT, 2007, p. 17). Entretanto ressalta-se que no que diz respeito às diferenças apontadas acima por Harari, ao longo da evolução humana, fenotipicamente no que diz respeito à raça e quanto à etnia, mudanças se evidenciaram. Santos *et al* (2010) sobre a diferença desses dois termos assinala que:

Esses dois conceitos (raça e etnia) são confundidos inúmeras vezes, mas existem diferenças sutis entre ambos: raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele, e etnia também compreende fatores culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e as tradições de um determinado grupo. A despeito da ampla utilização do termo "raça", cresce entre os geneticistas a definição de que raça é um conceito social, muito mais que científico (SANTOS *et al.*, 2010, p. 121).

Miranda (2010, p. 5), também assinala que o termo raça “[...] entrou na língua inglesa no começo do século XVI, sendo que as mudanças no seu uso refletem a compreensão popular das diversidades físicas e culturais.” Desta maneira no meio cultural em que vivemos o conceito raça encontra-se atrelado a características físicas étnicas do indivíduo, podemos entender por raças no sentido utilizado socialmente, como: brancos, pretos e indígenas.

No meio científico o termo “raça” refere-se aos seres humanos. Como dito por Munanga, (s/d), “A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam”. Já etnia:

[...] significa “*gentio*”, proveniente do adjetivo grego *ethnikos*. O adjetivo se deriva do substantivo *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física (SANTOS *et al.*, 2010, p. 122).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica as raças/etnias presentes em nosso país, como: brancos, pretos, amarelos, indígenas e pardos, dando ao indivíduo o direito de autodeclarar-se como lhe convier. O processo para autodeclaração, cujo significado é declaração em que alguém declara algo de si mesmo⁵, de acordo com o IBGE

⁵ PRIBERAN Dicionário. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/autodeclaração>

2013, ocorre a partir de entrevistas domiciliares, onde é questionado ao entrevistado com qual cor/raça que ele se identifica. A pesquisa deve ocorrer de forma individual, pois cada pessoa deve responder com base no entendimento que tem de si e de acordo com seus princípios e, também para evitar formas de discriminação e segregação. De acordo com o exposto, o quadro 1 abaixo informa as definições de cada um desses grupos étnicos raciais de acordo com o que foi encontrado na literatura.

Quadro 1 - Definição das Categorias de Classificação Étnico-Racial

Termos	Dicionário Aurélio	Dicionário Michaelis	Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana
Preto	adj. Diz-se de um corpo que apresenta a cor mais escura; negro. Fig. Difícil, perigoso: as coisas estão pretas. S.m. O indivíduo de raça preta.	Adj. Diz-se da cor mais escura entre todas; negro. S.m. 1 indivíduo da raça negra. 2 Escravo preto. 3 A cor negra. P. mina, ant.: escravo importado da Costa da Mina.	Negro de pele mais fortemente pigmentada que o mulato. À época da escravidão, o vocábulo era sinônimo de “escravo”.
Negro	adj. Que é de cor muito escura; preto, sombrio. Fig. Triste, melancólico; funesto: dia negro. Odioso, perverso, mau: alma negra. S.m. Pessoa da raça negra; preto. Fig. Escravo. /Fam. Trabalhar como um negro, trabalhar sem descanso.	Adj. 1 preto. 2 Escuro. 3Sombrio. 4Denegrado, requeimado do tempo, do sol. 5 Lutuoso; fúnebre. 6 Que causa sombra; que traz escuridão. 7 Ameaçador, medonho. Condenado, maldito. S.m. Indivíduo da raça negra. 2 Escravo. 3Homem que trabalha muito.	Indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado; habitante da África subsaariana e seus descendentes; descendente de africano em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada fenotípicamente.
Branco	adj. Da cor da neve, da cal, do leite. / Pálido: ficou branco de medo/ Fig. Puro, inocente. S.m. Homem da raça branca.	adj. Da cor do leite ou da neve; alvo, cândido. Claro: S.m. Homem da raça caucásica. B ant. Senhor de escravos. P. ext. Patrão.	Branco da Bahia expressão outrora usada no Brasil, para qualificar o afro-mestiço, de aparência pouco ou nada negróide, integrado à classe dominante ou em processo de ascensão.

Pardo	adj. De cor escura, entre o branco e o preto. S.m. Mulato, mestiço.	Adj. 1 De cor entre branco e preto. 2 Branco-sujo. 3 Bot Marrom castanho: S.m. mulato. P. avermelhado: de cor parda tendente para o vermelho. P.-negro: de cor parda tendente para o negro.	No Brasil, antiga categorização etnorracial do mulato.
Afro-brasileiro	adj. Relativo ou pertencente concomitantemente à África e ao Brasil. S.m. Negro brasileiro.	Adj. Etnol Relativo aos africanos e aos brasileiros, simultaneamente.	Qualificativo do indivíduo de origem africana e de tudo o que lhe diga respeito.
Amarelo	-----	Homem de raça amarela.	Amarelo
Indígena	adj. e s.m. e s.f. Nascido no país em que vive. (Sin.: aborígine, autóctone.)	s m+f (latindígena) Pessoa natural do país em que habita; aborígine, autóctone. Adj. Originário ou próprio de um país ou de uma localidade; aborígine, autóctone.	-----

Fonte: Adaptado de Miranda (2010)

Finalização

A partir deste quadro podemos ter uma rápida percepção, de como alguns contextos encontram-se desatualizados ou são preconceituosos, o que reforça como se deve ter cuidado com algumas fontes.

Ainda sobre a definição de pardos, segundo Devulski (2021), são um subgrupo da categoria de pretos/negros, entendidos como indivíduos associados a algum grau de mestiçagem que possuem características marcantes como boca carnuda, nariz mais largo e cabelo crespo, mas um tom de pele mais claro quais não são vistos como brancos por não possuírem descendência europeia.

No Brasil, a leitura social da identidade racial que refere-se ao grupo étnico racial a qual o indivíduo será atrelado ocorre na maioria das vezes individualmente, considerando o seu fenótipo, ou seja, o tom de pele de seus familiares não é considerado para que você seja classificado como negro, pardo ou branco. Essa análise ocorre de forma individual, exceto quando a pessoa estiver participando de um processo seletivo, por exemplo, no ingresso à universidade a partir de cotas que, então, sua árvore genealógica será considerada. Nesta situação, se faz necessário uma comprovação em banca com uma análise de sua genealogia

(BRASIL, 2000⁶; 2016⁷). A esse respeito cabe destacar também o que Scott (2019, p. 24) traz em seu romance *Marron e Amarelo* retrata quando a composição da Comissão do Grupo e Trabalho para a elaboração dos projetos de criação de instância administrativa federal recursal para fins de seleção dos candidatos pretos, pardos e indígenas a vagas reservadas para cotistas no Ensino Público Federal e para elaboração de software de avaliação e padronização para fins de seleção em primeira instância administrativa dos candidatos pretos, pardos e indígenas a vagas reservadas para cotista reservadas no Ensino Público Federal:

Michelyn, uma dúvida, disse Demétrio, trinta e cinco anos, defensor público da União, doutorando em direito processual civil na Universidade de Brasília. Elaborar os parâmetros pra um software para agilizar as avaliações dos candidatos que pedem os benefícios das cotas nesses poucos meses de funcionamento da comissão, será que isso e mesmo factível, perguntou? É mais do que um software pra agilizar as avaliações dos candidatos às cotas, doutor Demétrio, é um software que vai dar certeza e segurança jurídica à seleção das vagas para alunos cotistas em decorrência da raça. O software vai padronizar critérios, vai afastar a subjetividade inerente às comissões de julgamento dos alunos cotistas, subjetividade que é a grande inimiga da nossa política de cotas, vai eliminar as situações de constrangimento a que os alunos de fenótipo intermediário, os pardos claros principalmente, são expostos quando comparecem às comissões de verificação da autodeclaração.

Ou seja, o processo de concorrer a uma vaga por meio das políticas afirmativas pode não ser tão simples onde o sujeito talvez necessite comprovar sua etnia, o que, como citado por Scott, fica mais complexo a candidatos pardos.

A leitura social trata-se de como o indivíduo será entendido socialmente a partir de suas características físicas, que são baseadas em conhecimentos prévios culturalmente atribuídos, ou seja, se uma pessoa possuir cabelo claro ondulado e pele clara, mesmo tendo pais negros ela será lida como branca ou parda.

Devido ao fenômeno conhecido como colorismo ou pigmentocracia, o racismo à brasileira se baseia mais na cor da pele que na origem racial, e assim se estabelecem diferenciações entre pessoas negras, indígenas e mestiças: quanto mais clara a cor da pele, mais as pessoas serão aceitas socialmente. (PEREIRA, 2020, p. 58)

Muitas vezes ocorrem equívocos no processo de declarar-se ou de “ler” alguém, pois a definição de cada grupo de cor/raça ainda não é evidente para a maioria da população, o que leva muitos a se colocarem de forma errônea por medo de ser mal interpretado ou até mesmo parecer preconceituoso.

Já existe confusão em relação à categoria negra, pois é comum que pessoas preocupadas em não externar preconceito substituam a palavra preta usada nos levantamentos do IBGE por negra ao disseminarem informações construídas a partir de censos e pesquisas domiciliares (preta é cor, negra é raça). Ao mesmo tempo, é prática de vários pesquisadores e também do movimento social usar a categoria negra para designar o agregado das pessoas que escolhem as cores preta e parda (PETROCCELLI; SABOIA, 2013, p. 96).

Como apresentado pelos autores, é comum nos depararmos com pessoas que utilizam outros termos de linguagem para evitar colocações que entendem como racistas, um bom

⁶Políticas sociais: acompanhamento e análise, v.1. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/200924_bps26_web.pdf

⁷PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24801300/do1-2016-12-27-portaria-conjunta-n-11-de-26-de-dezembro-de-2016-24801199

exemplo de situações similares seria de pessoas que utilizam da palavra “moreno” pensando ser mais “leve” que a palavra negro ou com medo de ser ofensiva. Muitos declaram-se como morenos apenas por não entender como funcionam essas classificações de grupos étnicos, raça e etnia e afins, pensando não se encaixar em nenhum. Claro que determinados conceitos para algumas pessoas parecem ser muito “agressivos” como, ao invés de apresentar-se como negro ou pardo falar que é moreno, o que foi atribuído de uma forma cultural ser um termo mais ameno. Hall (2006, p. 39) assinala é que “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”.

Se você não é escuro o suficiente para dizer que é negro e tem a pele clara, mas possui traços que demonstram como você não é branco, é intuitivo declarar-se como pardo ou talvez moreno, que devemos entender que não é considerado como classificação de cor pelo IBGE (2013), referindo-se a pessoas de pele clara com o cabelo escuro. Mas por que torna-se tão confuso apenas declarar-se pardo uma vez que as contamos com essas informações?

Carneiro (2004) nos aponta que o termo pardo possa ser apenas uma forma de incluir os indivíduos que acabaram com suas identidades étnicas raciais destruídas pelo racismo e seus efeitos colaterais, além do ônus simbólico que culturalmente e socialmente está atrelado a negritude, que acabam sem saber o que são. A explicação de Carneiro pode ser melhor entendida na afirmação de Hall (2006, p. 38):

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre sendo formada.

A nossa sociedade é extremamente racista e preconceituosa, herança de um país escravocrata. Nas palavras de Ferreira e Camargo (2011, p. 376): “A elite brasileira se autoidentifica como branca e assume as características do branco-europeu como representativas de uma superioridade étnica. Em contrapartida, o negro é frequentemente considerado um tipo étnica e culturalmente inferior”. Reinholz (2020, p. 2), nos dados apontados abaixo, retrata a realidade da sociedade racista em que vivemos:

No país, de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios de pessoas negras aumentou 18,2%, enquanto a das pessoas não negras diminuiu 12,2% no mesmo período. Ao fazer o recorte de gênero, o abismo se torna mais proeminente. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos, entre as não negras o crescimento foi de 1,7%, já entre mulheres negras foi de 60,5%. Os dados são do Atlas da Violência publicado em 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Esses, dentre outros dados^{8,9} que denunciam o racismo e a desigualdade entre pretos e brancos na sociedade brasileira, são rotineiros nos meios de comunicação diariamente, entretanto é importante que essa realidade não seja naturalizada, pois é inadmissível e vergonhoso pessoas serem assassinadas diariamente, agredidas por conta do seu tom de pele, por falta de políticas públicas que garantam segurança e respeito a todos os cidadãos. Ser negro em um país que apontam os dados acima, confirma o quão nocivo e perigoso é viver no Brasil.

⁸https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711

⁹<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>

Ribeiro (2020, s/n) assinala com muita propriedade sobre essa realidade: “A gente vive num país que foi fundado sob esse mito da democracia racial, de que aqui não existiria racismo [...] essa ideia de que no Brasil somos todos mestiços, de que não tem como saber quem é negro, mas na hora de discriminar todo mundo sabe quem é”.

Em nossa sociedade existe uma espécie de pirâmide racial e nelas estão os tons mais claros no topo, conhecida como Colorismo, sendo mais uma arma de manipulação do racismo em que, pessoas pardas e com pele clara possuem mais privilégios sociais que pessoas negras de pele mais escura e retinta. Mas veja bem, o privilégio não se refere à isenção de sofrer preconceito. Uma pessoa parda é privilegiada ao ser confundida como uma pessoa branca, porém uma pessoa negra de pele clara tem privilégio em, talvez, ser mais bem aceito. Os privilégios não são equivalentes a ambos os grupos e de acordo com Devulsky (2021 p.19), podemos ver uma explicação bem clara sobre como funciona o sistema do Colorismo.

Um sistema sofisticado de hierarquização racial e de atribuição de qualidades e fragilidades que, no Brasil, é oriundo da implantação do projeto colonial português quando da invasão do território. Um sistema de valorização que avalia atributos subjetivos e objetivos, materiais e imateriais, segundo um critério fundamentalmente eurocêntrico. Seja em torno de fenótipo seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito[...] O colorismo é uma ideologia, assim como o racismo (DEVULSKY, 2021 p.19).

Como dito pela autora, beneficia-se um indivíduo quando ele consegue passar por alguém não negro em determinados momentos, o que sabemos que, na questão de convívio em sociedade torna-se menos nocivo. Como já lemos anteriormente neste texto, uma vez que nossa sociedade pode ser muito dura para pessoas não brancas, o Colorismo trata-se de mais um jogo ilusório articulado pelo racismo, que ludibria pessoas a desejarem poder fugir de suas peles para não serem alvos, colocando em conflito pessoas não brancas e sem tantos privilégios sociais.

No que se refere ao grupo étnico pardos, são uma variante do grupo racial conhecido como negro resultado da miscigenação racial, ocorrida em maior parte durante os abusos sexuais no período colonial (TELLES, 2003 apud MIRANDA, 2010) e também nas várias tentativas de branqueamento (MUNANGA, 2019) da raça no país como, por exemplo, o Darwinismo social¹⁰. Em outras definições também os temos como: “O pardo insere-se na estrutura racial que interfere sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão. Entretanto, a sua condição mestiça, não pura, também o beneficia em certos aspectos.” (DEVULSKY, 2021 p.12).

Dizer o quão complicado é para uma pessoa que é parda entender quem é, e a que pertence parece banal, mas para pessoas que passam por isso diariamente é realmente muito complicado. Quando se levanta a questão do preconceito simples, pode se pensar que diante de todas essas problemáticas, seria apenas declarar-se como negro; porém; em um país como o Brasil declarar-se como negro é colocar um alvo nas costas. Nunes (2006) nos fala que mesmo havendo um discurso que nega a existência de racismo e preconceito em nosso país, não é nenhum pouco raro ou difícil encontrarmos situações de racismo diariamente na vida social dos brasileiros. Isso pelo racismo ocorrer de forma explícita, como em ataques constantes ou em massacres e, em algumas vezes, de forma velada, até mesmo pelo olhar policial que constantemente já posiciona o negro como suspeito. São pequenas implicações diárias que

¹⁰A extrapolação de ideias evolucionistas para o campo social, ou seja, a utilização de ideias importadas do darwinismo para tempos históricos de apenas alguns milhares de anos, fez surgir uma anomalia no pensamento ocidental, o darwinismo social, se utilizando da ideia de evolução por seleção natural, aplicou-se a tempos históricos, associando evolução a desenvolvimento e concluindo ser possível hierarquizar as raças, com a conclusão de que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico, aos demais. (DOMINGUES, SÁ e CLICK, 2003, p. 13)

dificultam a vida de pessoas não brancas agindo como uma forma de boicote a aceitação identitária.

Há quase duas décadas, parcela significativa de jovens negros inseridos no Movimento Hip Hop politicamente cunhou para si a autodefinição de pretos e o slogan PPP (Poder para o Povo Preto) em oposição a essas classificações cromáticas que instituem diferenças no interior da negritude, sendo esses jovens, em sua maioria, negros de pele clara como um dos seus principais ídolos e líderes, Mano Brown, dos Racionais MCs (CARNEIRO, 2004, s/n).

O que esses jovens sabem pela experiência cotidiana é que o policial nunca se engana, sejam eles mais claros ou escuros. como citado anteriormente, pessoas de pele clara também correm riscos sociais por sua negritude em decorrência do racismo, neste caso o Hip Hop torna-se não apenas um espelho o qual retrata a realidade de muitos, mas como um alerta do que se está vulnerável a sofrer.

2.2 RACISMO E LEGISLAÇÃO

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão a partir da Lei Áurea do ano de 1888 (RIBEIRO, 2020, s/n). Apesar de abolida apenas em termos burocráticos, os escravos recém libertos continuaram recebendo o tratamento desumano que recebiam antes da abolição, sendo colocados à margem da sociedade sem quaisquer políticas ou leis para sua integração social, pelo contrário, havia políticas criadas para segregar.

Após a Lei Áurea, os negros libertos foram buscar moradia em regiões precárias e afastadas dos bairros centrais das cidades. Uma grande reforma urbana no Rio de Janeiro, em 1904, expulsou as populações pobres para os morros. [...] A campanha que culminou com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi a primeira manifestação coletiva a mobilizar pessoas e a encontrar adeptos em todas as camadas sociais brasileiras. No entanto, após a assinatura da Lei Áurea, não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado (MARINGONI, 2011, p.1).

O racismo e as suas várias formas de discriminação não foram extintas, mas ao longo dos anos e com as muitas lutas dos movimentos sociais e do movimento negro, veio a ser considerado como crime os atos de racismo no ano de 1986 (BRASIL, 1986), 101 anos após a abolição.

Mas, o racismo propriamente dito existe em várias versões. De acordo com a professora de história Bezerra (2020), o racismo é a crença de uma raça superior a outra, podendo se manifestar de diferentes formas, como Racismo Institucional, Colorismo, Racismo Individual, Racismo Estrutural, dentre outros.

Cabe destacar que nos focaremos nesta parte do trabalho, no Racismo Estrutural que pode ser tido como uma das respostas para questões sobre o porquê de ser tão difícil compreender-se em determinado grupo étnico ou porque na mídia ou nas escolas não se abordam esses assuntos. “A tese central é de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, SILVIO, 2018, p. 9).

Pessoas não brancas fazem parte das minorias¹¹ mesmo sendo apontadas como maior número, demograficamente falando (USP, 2020)¹² e a nossa sociedade ainda segue uma cultura que cultua a branquitude. Mesmo nossos livros de história, que deveriam retratar os fatos, por vezes o fazem de forma equivocada e/ou sem conhecimento, corrobora conosco Cunha Jr. (s/d)¹³ assinalando que,

Aprender história é um exercício por vezes difícil, onde contracenam o real e o imaginário. Precisa-se da imaginação que transcenda os fatos e reproduza a complexidade das atividades humanas como um filme explicativo, questionador, repleto de conceitos, propósitos e dúvidas. Sobretudo porque a dúvida é o elemento principal na composição do filme da história. A dúvida e não a descrença. Mas trabalhos de ensino de História Africana aparecem inicialmente como uma sistemática descrença nas possibilidades civilizatórias. Acompanhando a descrença um bloqueio à imaginação. O principal problema encontrado no processo de ensino e aprendizado da História Africana não é relativo à história e à sua complexidade, mas é com relação aos preconceitos adquiridos num processo de informação desinformada sobre a África. Estas informações de caráter racistas, produtoras de um imaginário pobre e preconceituoso, brutalmente erradas, extremamente alienantes e fortemente restritivas. Seu efeito é tão forte que as pessoas quando colocadas em frente a uma nova informação sobre a África tem dificuldade em articular novos raciocínios sobre a história deste continente, sobretudo de imaginar diferente do raciocínio habitual.

Oliveira (s/d) ainda acrescenta o fato de as narrativas não serem escritas por pessoas que não as vivem como, por exemplo, de pessoas não negras.

A pouca discussão sobre a história e cultura africana, impede um entendimento da história e da cultura brasileira a partir da visão dos afrodescendentes, pois sem este conhecimento ela se torna uma história unilateral, branca, determinada por concepções eurocêntricas. Assim torna-se indispensável um mergulho na história e na cultura africana, pois a sociedade brasileira é produto da participação de africanos e afro-descendentes em associação com povos de outras origens, tornando assim a história do Brasil mais exata, pois apontará traços de nossa cultura que estavam sendo relegados ao esquecimento (OLIVEIRA, s/d, p.2).

Em entrevista concedida pela revista BBC, RIBEIRO (2020,p.3) reforça o mencionado acima, destacando que “A partir do momento que a gente conhece uma realidade, a gente entende como vai se posicionar politicamente em relação a essa realidade. Sem conhecer, a gente não vai saber”. Nesse aspecto, mesmo com uma cultura que ainda segue concepções eurocêntricas, como citado acima, a nossa educação possui parâmetros normativos para que atitudes que promovem mudanças possam ser tomadas. A Base Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2019), orienta, nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, o quão é importante

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2019, p. 38).

¹¹A palavra “minorias”, nesse caso, não se refere a um número menor de pessoas, à sua quantidade, mas sim a uma situação de desvantagem social. Ou seja, apesar de muitas vezes coincidir de um grupo minoritário ser realmente a menor parte da população, não é o fator numérico o essencial para que uma população possa ser considerada uma minoria. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>

¹²<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>

¹³<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>

Assim, desde o início da Educação Básica, o indivíduo pode construir sua identidade e compreender-se, abordar também o que lhe compõe como uma pessoa parda, preta ou da raça a qual pertence ou se identifica. Entretanto, professores precisam estar capacitados ou buscar esses conhecimentos, pois, como apontado por Cavalcante (2018, p. 10),

Nesse sentido, o espaço escolar consiste no lugar de socialização, discussão e esclarecimentos no processo de construção das identidades dos jovens estudantes. Sendo essa construção envolvida em todo o processo educativo, podendo ocorrer manifestações de conflito, como o racismo, a segregação dos jovens e consequentemente as negações de identidades.

A Lei nº10.639/2003 alterou a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo no currículo oficial das Redes de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira". Em seu Art. 26-A, assinala:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Entretanto observamos que, mesmo com amparo jurídico, este artigo ainda não é contemplado de fato, visto que na maioria das escolas na realidade trazem somente questões étnicas e exploram a cultura afro-brasileira apenas durante o mês da Consciência Negra. Conforme Oliveira, (s/d, p. 3), “sabe-se que a lei só sairá do papel se professores e alunos tiverem acesso à formação sobre a temática racial na educação”. Portanto, aos profissionais da educação cabe o dever de se prepararem para trabalhar na perspectiva de desenvolvimento de competência, habilidade, ética e, enquanto educadores, ajudarem “a formar seres humanos mais justos e solidários e que saibam viver com as diferenças” (OLIVEIRA, s/d, p. 3). Compreender a si mesmo faz parte da formação do indivíduo e torna-se uma tarefa que pode estar presente como proposta de mudança nos currículos educacionais.

2.3A IDENTIDADE RACIAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Falar sobre a construção da identidade racial implica falar dos meios em que isso ocorrerá, as noções estabelecidas nos mais diversos meios sociais são de suma importância para o entendimento de quem se é no mundo. Normalmente, as primeiras discussões ocorrem dentro de casa por meio do que é passado pela família. Entretanto, em muitos casos, falta conhecimento sobre essas questões, ficando uma lacuna na construção identitária. Gomes (2005, p. 43) destaca que,

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. Além do longo período longo ano na escola passa em casa.

A vida acadêmica, de acordo com o MEC, inicia obrigatoriamente aos 4 anos, assim, o aluno deve estar matriculado na Educação Básica a partir dessa idade até seus 17 anos, contabilizando no mínimo 13 anos, dentro do ambiente escolar. Nesse período, inicia e se dá

continuidade, internamente nessas crianças e adolescentes, seu processo de construção de identidade e, neste processo, está a busca pela sua identidade racial. O que para pessoas brancas ocorre de forma tranquila, “ao negro coube a possibilidade de se desenvolver como cidadão de segunda classe, decorrendo daí o desenvolvimento de uma identidade articulada em torno de valores considerados socialmente negativos, alimentados pelo preconceito e pela discriminação” (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 377).

Nessa lógica, grande parte dos negros desconhecem os próprios direitos e as razões pelas quais o racismo e a discriminação racial mantêm-se fortemente arraigados no Brasil, em diversos espaços sociais e políticos, dentre eles, a escola que, por sua vez, atua sobremaneira na construção da identidade do aluno/a (VIDEIRA; OLIVEIRA; PENHA, 2020, p. 1).

Como apontado anteriormente, não são todas as famílias que possuem um entendimento sobre questões raciais. Acarretando que o aluno acabe não conseguindo as informações necessárias para criar suas próprias conclusões, apenas aumentam as dúvidas. Percebemos que muito desse desconhecimento se deve ao fato de que,

A invisibilidade da questão racial deve ser interpretada aqui como um fato que não se nota, não se discute, nem se deseja notar ou discutir. É como se não existisse. A história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são. Os fatos são apresentados por todos na sociedade como se houvesse uma preponderância absoluta, uma supremacia definitiva dos brancos sobre os negros (SANTOS, 2001, p. 15).

Isso afeta diretamente a construção da identidade e no seu reconhecimento enquanto pertencente a um grupo que em um determinado momento da sua vida terá que se autodeclarar no que diz respeito a sua cor.

A autodeclaração se trata de um documento afirmativo em que o indivíduo declara sua identidade étnica racial assegurado pela Lei nº 12.711/2012, utilizado na maioria dos casos para concorrer a vagas de Políticas Afirmativas destinadas a pretos, pardos e indígenas, para o ingresso de universidades ou concorrer a vagas em concursos. Enquanto o indivíduo ainda estiver na etapa da Educação Básica, provavelmente não será necessário que ele realize uma autodeclaração. Cabe destacar que a autocompreensão não é necessária apenas no âmbito de responder questionários, mas, principalmente, que pode concorrer a uma cota racial como um direito, compreender-se etnicamente. Também, está ligado à autoestima, saber da sua origem, se entender e entender seu papel social, são aspectos fundamentais.

Quando orientamos o foco para esses segmentos etários, estamos, no plano da ação política, problematizando práticas culturais brasileiras que parecem considerar ‘normal’ que a declaração de cor e/ ou raça de crianças e adolescentes seja efetuada por seus pais ou outros adultos por eles responsáveis ou que crianças sejam ‘preservadas’ do debate sobre relações raciais (ROCHA; ROSEMBERG, 2007, p. 2).

Atualmente, com a maior abertura que a mídia tem dado ao tema e a facilitação ao acesso à informação por meio da internet, crianças e adolescentes têm onde recorrer para esclarecer dúvidas mais específicas. Entretanto, uma vez que existe uma variedade muito grande de conteúdo disponível e pronto para ser acessado, há um grande risco nisso, pois é necessário saber filtrar certas informações duvidosas ou incorretas, que se encontram no mesmo meio. Como já citado, a mídia tem apresentado aos jovens, movimentos de empoderamento da raça, mensagens de valorização e orgulho de suas características como por exemplo, o cabelo, a cor da pele, suas características físicas, “cabelo crespo e corpo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção

social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra” (GOMES, 2019, p. 20). Todo esse movimento desperta uma autoconfiança para assumir a origem e tomar seu papel como negro com mais desejo.

No que diz respeito ao ambiente escolar e a construção identitária, considerando que crianças reproduzem o preconceito que presenciam e vivenciam, cabe a escola estar preparada, não somente para rebater o preconceito e o *bullying* que podem vir ou não a ocorrer no seu espaço, mas também para ser uma aliada de seus alunos.

Nesse sentido, o espaço escolar consiste no lugar de socialização, discussão e esclarecimentos no processo de construção das identidades dos jovens estudantes. Sendo essa construção envolvida em todo o processo educativo, podendo ocorrer manifestações de conflito, como o racismo, a segregação dos jovens e consequentemente as negações de identidades (CAVALCANTE, 2019, p. 2).

Entretanto, para que a mudança escolar ocorra é necessária uma constância por parte de todos do corpo docente, porém não podemos desconsiderar também que,

A abordagem das questões étnico-raciais na Educação Básica depende muito da formação inicial de profissionais da educação. Eles ainda precisam avançar para além dos discursos, ou seja, se por um lado, as pesquisas acadêmicas em torno da questão racial e educação são necessárias, por outro lado precisam chegar à escola e sala de aula, alterando antes os espaços de formação docente.

Com essa formação certamente terão conhecimento para aliar projetos e conteúdos a ações efetivas. Idealizar a construção da identidade é algo de extrema complexidade, uma vez que os seres humanos necessitam constantemente de interações sociais, que é o que nos compõe emocional e intelectualmente. Sendo essas experiências da realidade individual e coletiva que nos permitem compreender os diferentes comportamentos em distintos espaços sociais como nos traz Cavalcante, 2019.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os dados resultantes das respostas do questionário, bem como as discussões advindas das experiências durante o período de escolarização dos colaboradores que participaram da mostra de coleta de dados.

Aplicou-se um questionário com três questões de caráter dissertativo, buscando compreender como os(as) participantes desenvolveram seus entendimentos sobre suas identidades raciais, a participação da escola e quais as fontes que eles(elas) buscaram as informações que os ajudariam a esse entendimento.

Em decorrência da atual situação pandêmica na qual nos encontramos, o formulário foi desenvolvido pela plataforma Google Docs¹⁴ e enviado aos 5 participantes escolhidos por conveniência devido a proximidade que temos por já existir uma relação interpessoal entre a pesquisadora e os entrevistados. Desses 5 apenas 3 indivíduos responderam as questões. Sendo assim, os demais participantes foram desconsiderados. Destas 3 pessoas uma declarou-se parda, outra negra e uma branca, sendo suas idades de 27, 29 e 23 anos respectivamente. Cabe ressaltar que dois dos colaboradores possuem nível superior completo e um deles ainda está cursando a graduação. São adultos jovens que exercem funções de educadores não sendo todos professores, mas atuantes na área da educação.

¹⁴Google Docs é um pacote de aplicativos do Google baseado em AJAX.[1] As ferramentas do Google Docs funcionam de forma síncrona e assíncrona, portanto, on-line para acessar dados em nuvens e off-line através de aplicativos de extensão instaladas diretamente do Google. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Docs

Importante destacar que antes do envio do questionário os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informações sobre a pesquisa e as questões éticas assinaladas. Assim, seguindo as orientações sobre pesquisas envolvendo seres humanos e preservando a identidade dos participantes, os nomeamos aqui como colaboradores A, B e C.

A proposta foi apresentar uma amostra com diferentes olhares, incluindo pelo menos três grupos raciais diferentes, a fim de analisar as perspectivas de cada um sobre o tema. Assim, Ferreira e Pinto (2014) nos trazem que durante o estudo do processo de construção da identidade de indivíduos negros, costumeiramente ocorre uma categorização dos indivíduos quanto as suas características raciais de maneira que sua identidade é reduzida a estigmas de um padrão diminuindo-os e classificando-os em brancos ou negros. Porém, se dá aí a importância de o indivíduo ter consciência de como as pessoas negras constituem-se no mundo, seu processo de construção e de sua própria imagem, cultura e existência. Dessa forma entende-se que para o sujeito apropriar-se de sua identidade e cultura é fundamental que em primeiro lugar que ele a compreenda e também compreenda a si mesmo.

As questões buscavam investigar como se deu o processo de entendimento da sua raça/etnia, como se autodeclararam atualmente e quais variantes foram as maiores causadoras de dúvidas, como também quais fontes sanaram suas inquietações. Na sequência, apresenta-se as respostas dos participantes e discussões pertinentes.

A questão inicial investigava qual era o nível de compreensão racial dos entrevistados durante sua etapa escolar e como se deu esse processo a cada um. Foi elaborada no intuito de se ter uma noção a respeito do nível de informação de cada indivíduo sobre questões envolvendo cor/raça. O quadro 1, abaixo, apresenta a primeira questão que trata sobre a participação dos entrevistados no Censo Escolar, bem como se autodeclararam e ainda as opiniões sobre a forma de identificação.

Quadro 1 – pergunta: “Você já participou do censo escolar? Como se autodeclarou? Qual a sua opinião acerca dessa forma de identificação?”

COLABORADOR	RESPOSTA
Colaborador A	Sim. Como pardo. Na época não tinha muita noção. Hoje acredito que há uma restrição quanto à cor.
Colaborador B	Que eu lembre acho que nunca participei.
Colaborador C	Nas escolas em que estudei nunca fui convidado a participar, só tive conhecimento do censo escolar depois de estudante do ensino superior, mas se tivesse participado me autodeclararia como branco. Penso que é uma ferramenta útil, mas que deve ser utilizada juntamente com outras iniciativas principalmente iniciativas que estimulem os estudantes a entenderem sua identidade, raça e as dinâmicas sociais ao redor desses temas.

Fonte: autora. Excertos do questionário

A partir das respostas obtidas podemos perceber que o censo escolar não era uma prática muito frequente na época de escolarização dos entrevistados, além de não haver algum tipo de orientação escolar e que ajudassem a construir a identidade dessas pessoas, o que se ocorresse de uma forma efetiva, não apenas evitaria muitas dúvidas, mas também construiria uma relação segura de confiança em si mesmo como aponta Cavalcante (2019):

Assim, a construção da identidade negra dos estudantes reflete diferentes relações sociais encontradas no espaço escolar. Torna-se fundamental e necessário o conhecimento do processo de construção dessa identidade, resultado das relações sociais e levadas para o espaço escolar, que possam ser trabalhadas a diversidade cultural, étnica e social da nossa sociedade (CAVALCANTE, 2019, p. 9).

Na segunda questão os participantes foram questionados a respeito de como se auto identificam racialmente e a partir de quais concepções. Assim, o quadro 2 mostra as respostas dos entrevistados.

Quadro 2 – pergunta: “A partir de quais informações você assimilou que pertence a este grupo étnico? Houve algum tipo de influência externa na sua autodeclaração?”

COLABORADOR	RESPOSTA
Colaborador A	Houve influência da sociedade. Por falta de noção e entendimento classifiquei assim, por acreditar não ser "tão negro" nem "tão branco".
Colaborador B	A partir da cor da minha pele, nunca sofri nenhum tipo de influência.
Colaborador C	Tenho uma irmã e um irmão negros, então desde cedo as dinâmicas de raça estiveram presentes na minha família e ao ser apontadas as diferenças entre minha cor e a dos meus irmãos bem como as diferenças que isso acarretava me fizeram entender como pertencente ao grupo étnico branco.

Fonte: autora. Excertos do questionário

Esta questão volta a confirmar a hipótese de que a sociedade ainda possui pouco conhecimento sobre como se identificam raças/etnias pretas e pardas, onde a questão demonstrou ser mais simples aos participantes com características raciais dentro dos padrões sem pele negra ou branca uma vez que não correspondem ao padrão de raças existentes tornando mais confuso para o indivíduo pardo.

Carneiro (2004) aponta que o termo pardo talvez seja apenas uma forma de incluir um grupo que teve sua identidade racial destruída pelo racismo. Então, essas diferenciações são uma forma de fragmentação da identidade negra e a insistente necessidade de alguns setores da sociedade em dar ênfase às diferenças entre pessoas pretas e pardas e, ignorar suas semelhanças, como por exemplo, as condições de vida que tem em comum, também a inferiorização quando comparadas as condições de vida de pessoas brancas.

A última questão foi elaborada, com o intuito de avaliar se os indivíduos participantes da pesquisa já tiveram alguma dúvida a respeito de sua identidade étnica. Assim, o quadro 3 mostra as respostas obtidas.

Quadro 3 – pergunta – “Já encontrou alguma dúvida a respeito de sua identidade racial? Se sim, houve alguma fonte a qual te ajudou com essas questões?”

COLABORADOR	RESPOSTA
Colaborador A	Muitas vezes e ainda tenho. Busquei na Internet e com pessoas que têm um entendimento maior. Inclusive com a pesquisadora desta pesquisa
Colaborador B	Nunca tive dúvidas, me declaro negra com muito orgulho.

Colaborador C	Nunca encontrei muitas dúvidas a esse respeito.
---------------	---

Fonte: autora. Excertos do questionário

A partir das respostas dessa última questão fica evidente que as pessoas que se autodeclararam pretas e brancas tiveram maior facilidade para entenderem-se pertencentes a sua raça em detrimento das pessoas pardas, em suma uma situação paradoxal: “os pardos estão extremamente próximos dos pretos no que toca à desigualdade de oportunidades e de resultados e ao mesmo tempo longe destes quanto à percepção do preconceito e da discriminação” (DAFLON; CARVALHAES; JÚNIOR, 2017, p. 294).

Da mesma forma, a partir dos resultados obtidos e das perguntas realizadas, vemos que por mais que exista informação ela não está chegando da forma que deveria, nem mesmo está disponível em lugares que beneficiem a sociedade, como por exemplo, nas escolas.

Há pontos importantes ressaltados por nossa análise e também por vários outros estudos sobre o tema: o primeiro é que as desigualdades raciais não se devem apenas a fatores socioeconômicos. É preciso reconhecer com todas as letras que há sim racismo, há um preconceito incorporado em várias práticas educativas. [...] Os professores adotam atitudes que reforçam a desigualdade, muitas vezes por pouca reflexão e não de forma intencional. É importante conscientizarmos os educadores dos problemas de nos basearmos em estereótipos nas ações do dia a dia e da importância de darmos valor às diferenças (FARIA, 2020).

A partir das respostas coletadas podemos perceber que realmente a autocompreensão racial pode ser de extrema complexidade. Aos indivíduos desta amostra coube buscarem fontes de conhecimento para que tivessem algum entendimento acerca de si mesmo, mas esse processo pode ser facilitado com uma participação maior da escola. Como visto também o censo escolar quando ocorre não atinge seu real objetivo, como citado por um dos colaboradores “os alunos muitas vezes não possuem o mínimo conhecimento de o porquê realizar o Censo Escolar”. Segundo Rocha e Rosenberg (2007), o quesito cor/raça foi introduzido no censo escolar apenas em 2005, e ainda, essas informações deveriam ser preenchidas pelos responsáveis das crianças e adolescentes menores de 16 anos. Situações que tiram a autonomia do(a) aluno(a) como esta, enfraquecem o processo de autoconhecimento.

Diante das respostas analisadas e discussões realizadas, compreendeu-se que há uma necessidade latente de repensar o modo como se está sendo abordada a racialidade dentro das escolas, pois:

No Brasil, várias pesquisas têm se voltado a descrever e interpretar as desigualdades no plano simbólico ou discursivo. Os discursos, no geral, negam a existência de discriminação racial e procuram disfarçá-la, buscam reiterar os ideários da democracia racial e da fabula das três raças, reafirmando estereótipos racistas, grande parte das vezes de forma indireta. Em geral o tratamento discriminatório não é direto, mas implícito (SILVA, 2008, p. 95).

Nesse sentido, evidencia-se que muito ainda temos a conquistar a fim de que tenhamos uma formação sólida, humana e o entendimento que vai além da necessidade de apenas autodeclarar-se em ações de Políticas Afirmativas, mas reconhecer-se etnicamente na sociedade em que vive. Assim, as considerações finais desta pesquisa são apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da temática apresentada, que tratou do processo de autocompreensão racial de sujeitos não brancos, buscou-se investigar no presente artigo as complexidades de compreensão

de raça, realizado a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, que teve a seguinte questão de pesquisa: “Como acontece o processo de autocompreensão da identidade étnico-racial de indivíduos considerando a existência de padrões já estipulados?”

Os dados coletados a partir do questionário que foi aplicado demonstram como é complexo o entendimento racial para indivíduos não brancos (negros e pardos no enfoque desta pesquisa). Esse entendimento que o sujeito obtém sobre si mesmo se constrói inicialmente na família e no seu local de origem. Posteriormente, no convívio social esse processo de autocompreensão racial vai sofrendo influência do meio em que a pessoa vive. Um desses locais é a escola, instituição em que a pessoa frequenta boa parte da sua vida, convive com seus pares e com a diversidade humana.

Sendo a escola um espaço onde o conhecimento deve ser socializado, construído e de acolhimento às diferenças, entendemos que o tema educação para as relações étnico-raciais, não estão tendo a atenção que merecem, entretanto, considerando que somos um país miscigenado e cada etnia tem sua importância na constituição do povo brasileiro, não podemos reduzir esse tema somente ao dia do índio e a semana da consciência negra.

Os espaços escolares e acadêmicos, *locus* do conhecimento, têm o dever de aprofundar os conhecimentos sobre relações étnico-raciais de forma sistematizada e científica, desde a Educação Infantil, a fim de auxiliar na construção da identidade, e principalmente, na eliminação do preconceito. Destaca-se aqui, portanto, a urgência que a escola altere sua atual abordagem sobre o tema que é ainda muito vaga.

O presente artigo buscou compreender não apenas as dificuldades encontradas no processo de autodescoberta racial, mas também, porque ele ocorre de forma mais complexa a indivíduos pardos e a importância da participação ativa da escola em todo esse processo.

Ainda, aplicou-se um questionário a três entrevistados, que responderam questões que foram desde a concepção acerca da sua identidade racial, dificuldades para autodeclarar-se, até os meios de informação que utilizaram e recorreram.

Compreendeu-se que a maior parte dos entrevistados já possuíam entendimento, acerca de sua cor, raça e sobre si mesmos, o processo de entendimento da cor da pele que está estipulado por padrões em nossa sociedade para cada grupo étnico, se deu tranquilamente para o participante negro e o branco. Para o pardo se evidenciou que surgiram algumas dúvidas. Se entendeu que os meios de informação foram falhos com esses indivíduos, principalmente com o que se identificava como pardo, que destacou ter tido dúvidas.

No entanto, ainda há necessidade do olhar da educação para questões étnicas que envolvem diretamente grande parte dos nossos alunos. Deste modo, o Estado precisa dar condições para formação inicial e continuada, revisão do Currículo e temas sobre Inclusão e Direitos Humanos. Da mesma forma, por meio de palestras e discussões que levem os estudantes a terem conhecimento dos processos inerentes ao espaço escolar como respeito a diversidade, cultura da paz, *antibullying*.

A problematização das questões étnico-raciais colocadas de forma contínua no espaço escolar com aprofundamento teórico e prático deve ser trabalhada com seriedade sempre e não somente em determinadas datas, visto que esse espaço, possibilita, de inúmeras formas, o desenvolvimento para a construção e pertencimento da identidade racial. Somente assim, teremos estudantes respeitados como cidadãos em suas singularidades características e que tendo acesso de forma equitativa a uma educação de qualidade que merecem.

Nos encaminhando para as palavras finais desse trabalho, entendemos que muitas outras pesquisas são necessárias sobre essa temática. Devido a pandemia que nos limitou quanto à adoção de outros instrumentos e o curto espaço de tempo para a tessitura deste trabalho, entendemos que é necessário pensar na perspectiva de outros recortes, abordar métodos, contextos e colaboradores diferentes. Essa ampliação é o desejo da pesquisadora para os seus próximos estudos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.
- BEZERRA, Juliana. **Racismo**. 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/racismo/>>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara por Sueli Carneiro**. 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/miscigenacao-racial-brasil/>>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- CAVALCANTE, Kellison Lima. **A construção da identidade negra no espaço escolar: percepções e discussões**. 2019, p.2-3. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/viewFile/326/235>>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- CUNHA JR, Henrique. **O Ensino da História Africana**. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>>. Acesso em: 23 out 2021.
- DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio; FERES JÚNIOR, João. **Sentindo na Pele: percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no brasil**. Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. 2017, P.294. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/6WwjhscKxDSFk8mH6mLBhKw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo: clarear o escuro e escurecer o claro não é um jogo de luz**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- FARIA, Ernesto. **Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade**. um Guia completo para entender e combater essa realidade. 2020. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/CppZVmLfcpHtFr7WCNPgpGq/?lang=pt>>.Acesso em: 23 nov. 2021.
- GEIGER, Paulo (org.). **Dicionário Caldas Aulete**: minidicionário contemporâneo de língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikiton, 2011, p.650.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Gilberto Ferreira. **Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação**. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 17-54.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Tipos fundamentais. 1995. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 20 nov. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal n. 10.639/2003. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-62, 2005.

_____. **Intelectuais negos e produção do conhecimento**: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARARI, YuvalNoah. **Sapiens uma breve história da humanidade**. Trad. Jorio Dauster. Companhia das Letras: 2020 São Paulo.

LUIZ, Silvio. Introdução. In: ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**: racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2018. p. 9.

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28>. Acesso em: 9 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Monique. **“Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil”**. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24243/1/monique_miranda_ensp_mest_2010.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 9 nov. 2021.

_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil**: tentativas de disfarce de uma violência explícita. In:Dossiê: Psicologia e Ideologia - o Preconceito Racial. Psicol. USP 17 (1). Mar 2006.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A Questão Racial na Escola**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-8.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

PEREIRA, Júnia Cristina. **A identidade interrogada: processos de interpelação e de (des)racialização na performance parda.** Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/10935>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PETROCCELLI, José Luiz; SABOIA, Ana Lúcia (org.). **Estudos e Análises da Informação demográfica e socioeconômica: características étnico-raciais da população classificações e identidades.** 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 9, n. 2, p. 257-266, jul./dez., 2014. Qg.whatsapp>. Acesso em: 22 out. 2021.

REINHOLZ, Fabiana. **Após 132 anos da abolição, brasil ainda não fez a devida reparação da escravidão.** 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/13/apos-132-anos-da-abolicao-brasil-ainda-nao-fez-a-devida-reparacao-daescravidao#.YXHhw5gV2>>

ALEGRETTI, Laís (ed.). **Racismo no Brasil:** todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista. todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52922015>. Acesso em: 9 dez. 2021.

ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. **Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as).** 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/5NbCwJ6ShDZ6sq9FPgpBRxc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SANTOS, Diego Junior da Silva *et al.* **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar.** Diferenciar para melhor aplicar. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dpjo/a/cpSn3rmDvrkMNTHj7bsPxgh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos.** Brasil: Autêntica, 2008.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2001 p,15.

SCOTT, Paulo. **Marron e Amarelo.** Rio de Janeiro: Alfaguara:12 de agosto 2019.

USP. **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra.** Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre, Bookman, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada _____, desenvolvida pelo(a) acadêmico(a) da UERGS _____. Fui informado (a) de que a pesquisa é orientada pela professora Edilma Machado de Lima a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário. Tenho ciência de que minha participação não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa, ainda que os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos.

Vale ressaltar que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins da pesquisa e serão mantidos em sigilo, as identidades dos participantes da investigação, assim como a identificação da(s) escola(s), de acordo com o que prevê a resolução 466, de 12 de dezembro de 2012/CNS Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Fui ainda esclarecido(a), de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimento.

Alegrete, _____ de _____, de 20____.

Assinatura: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “xxxxxxxxx” onde eu xxxxxxxx sou a pesquisadora enquanto acadêmica do Curso xxxxxxxx da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Antecipadamente agradeço sua participação na resposta a esse questionário que levará em torno de xx minutos e que será muito importante para o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Você já participou do censo escolar? Como se autodeclarou? Qual a sua opinião acerca dessa forma de identificação

A partir de quais informações você assimilou que pertence a este grupo étnico? Houve algum tipo de influência externa na sua autodeclaração

Já encontrou alguma dúvida a respeito de sua identidade racial? Se sim, houve alguma fonte a qual te ajudou com essas questões?